

A GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA COMO CAMINHO PARA FOMENTO DA ENSINAGEM EM UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DO SUL DO ESTADO DO MARANHÃO, UM ESTUDO DE CASO

Erica de Sousa Costa¹
Élvele de Sousa Costa²
Acilina Maria Barros Coelho³

RESUMO

A pesquisa discute sobre o desafio educacional da ensinagem no campo da gestão escolar democrática de uma escola pública municipal localizada em cidade do Sul do estado do Maranhão. Para tanto, visa fazer uma análise do tipo de gestão apontado no âmbito da instituição cenário da presente pesquisa. Trata-se de um estudo de caso que aplica a entrevista como instrumento para produção de dados, contendo finalidade exploratória, abordagem qualitativa, além do procedimento documental e bibliográfico, pois se fundamenta, em especial, nos saberes de Freire relativos à educação popular; nos ensinamentos de Libâneo tangentes à didática; e nas lições de Luck *et al.* sobre gestão escolar democrática. Logo, descortina-se, nessa linha de estudos, o aspecto positivo da participação da comunidade escolar como fator que ajuda a vencer a dificuldade referente à ensinagem. Então, deslinda-se, nesse viés, a criatividade como elemento significativo para superar o desafio educacional de estimular o processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Gestão escolar democrática, Ensinagem, Criatividade.

INTRODUÇÃO

Sabe-se que no panorama da Administração Pública do Brasil, há a administração direta e indireta. A primeira engloba a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Esses últimos, por sua vez, dispõem de uma organização em termos administrativos para gerenciar a

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, const_ericah@hotmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, elvelecosta@outlook.com;

³ Professora orientadora: Mestranda do Curso de Educação pela Universidade Internacional Iberoamericana (UNINI) - Puerto Rico, linacsmith@hotmail.com.

coisa pública que se distingue dos demais, já que regido por Lei Orgânica, não havendo uma constituição específica como ocorre nos Estados e na União.

Note-se que a administração municipal, quanto à pasta da Educação, tem um sistema de escolas públicas, sem personalidade jurídica que são, por isso, tidas como órgãos. Assim, nas escolas públicas se desenvolvem as atividades escolares com uma gestão pública, pautada quanto às esferas política, administrativa, financeira e pedagógica, pelo Projeto Político Pedagógico (PPP).

Nesse caminho, essa pesquisa vislumbra a gestão escolar democrática e se desdobra na abordagem do referido tema no ambiente de uma escola pública municipal, situada em cidade no Sul do estado do Maranhão. Isso ocorre porque no universo de escolas municipais balizado, a escola demarcada se destaca quando o assunto é gestão democrática. Dessa forma, tal escola com perfil democrático despertou a curiosidade para o deslindamento desse estudo que teve como problema a seguinte interrogação: *Como superar o desafio de conduzir educandos à aprendizagem com eficiência didática no horizonte da educação pública municipal no âmbito de escola localizada em cidade do Sul do estado do Maranhão?*

A fim de elucidar tal inquietação, tem-se como objetivo geral analisar a gestão pública democrática em uma escola pública municipal do Sul do estado do Maranhão. Por conseguinte, para concretizar aludido objetivo, se fez necessário estabelecer os seguintes objetivos específicos: (i) observar a rotina escolar da escola-campo; (ii) articular as perspectivas teóricas que ancoram os estudos referentes à modalidade de gestão escolar democrática; e (iii) inferir o principal fator adotado na instituição cenário da pesquisa para superar o desafio educacional da ensinagem, em consonância com a fundamentação teórica.

Assim sendo, essa apreciação é relevante sob a ótica acadêmica por empreender estudos voltados para o levantamento de aspectos tendentes em colaborar com a superação do desafio educacional da ensinagem no viés definido na pesquisa. Nessa lógica, o presente exame investigativo é importante para a sociedade, uma vez que aponta vetores de interesse para melhorar a realidade da educação pública consoante a linha de estudos desse trabalho.

Vale informar que a pesquisa em questão consiste em um estudo de caso que aplica a entrevista como instrumento para geração de dados, tem finalidade exploratória, abordagem qualitativa, além de empregar o procedimento documental e bibliográfico.

De tal maneira, cabe ponderar que a relação dos desafios no mundo da educação é ampla. Por isso se delimita a investigação no tangente ao desafio da ensinagem. Sob esse prisma, desvenda-se o ponto evidenciado na dimensão da gestão escolar democrática da instituição cenário, que é definida no PPP da escola estudada. Nesse refletir, o “Projeto Político

Pedagógico da escola (PPP) caracteriza-se como um planejamento que apresenta todas as estratégias e metas que a escola precisa para atender, da melhor forma possível, a sua missão de educar e formar cidadãos.” (BRITO, 2013, p.116).

Nesse percurso acadêmico, ao desenvolver análise que discorre a respeito da educação popular, convém trazer a opinião de Freire (1992, p. 20), pois explica que uma das missões da educação de olhar democrático e teor popular, denominada Pedagogia da esperança, é a de proporcionar nas camadas populares o aprimoramento de suas manifestações comunicativas - nunca em uma perspectiva autoritária e intolerante - que surgindo e retornando sobre a verdade real, se afilie a hipóteses, representações e previsões do universo contemporâneo. Em complemento a isso pode-se enfatizar que:

A escola pública deve ser democrática, garantindo a todos o acesso e a permanência [...], proporcionando um ensino de qualidade que leve em conta as características específicas dos alunos que atualmente a frequentam. Deve ser democrática, também, no sentido de que devem vigorar, nela, **mecanismos democráticos de gestão interna envolvendo a participação conjunta da direção, dos professores e dos pais.** (LIBÂNEO, 1994, p. 37, grifo nosso)

Observa-se que a noção de democracia no espaço da educação pública está relacionada com o tipo de gestão empreendida no ambiente escolar. Por conseguinte,

[...] ligar a escolarização às lutas pela democratização da sociedade implica, pois, que a escola cumpra a tarefa que lhe é própria: prover o ensino. Democratização do ensino significa, basicamente, possibilitar aos alunos o melhor domínio possível das matérias, dos métodos de estudo, e, através disso, o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades intelectuais, com especial destaque à aprendizagem da leitura e da escrita. [...]. (LIBÂNEO, 1994, p. 38).

Considerando-se a didática como critério importante na abordagem que discute sobre o processo ensino-aprendizagem, explicita-se o pensamento do autor encimado, que revela o impacto da atuação da escola quando o assunto é a manutenção dos procedimentos que consubstanciam a cognição de aprendentes. Nessa jornada acadêmica, pertine registrar que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) no artigo 205, garante que a educação é direito de todos (BRASIL, 1988). Ao assegurar que a educação é direito de todos, a Constituição da República reconhece a concepção democrática, coadunando o teor do artigo 6º constitucional que caracteriza a educação como direito social (BRASIL, 1988). Nesse amadurecimento de ideias, ao refletir acerca da percepção de Libâneo (1994, p. 38), acima transcrita, insta asseverar que compete à escola realizar as providências capazes de nutrir a compreensão/agregação/aquisição de informações/conceitos pelos alunos. Sob esse olhar, é cabível expor que a CF/88 estabelece o princípio de gestão democrática do ensino público no artigo 206, VI, nesses termos:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade. (BRASIL, 1988, n. p., grifo nosso)

Em acréscimo a isso, a Lei nº 9.394/96, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, nos artigos 14 e 15, trata da gestão democrática conforme adiante pontuado:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996, n. p.)

A partir dessas ponderações, deduz-se que a gestão escolar democrática tende a propiciar à comunidade uma escola aberta, ao tempo em que se configura como uma ferramenta que aproxima a família da escola. Dessa forma, vale anotar que para efetivamente concretizar o direito à educação no Brasil, surgem alguns desafios, dentre eles: o da eficiente aprendizagem dos alunos. Assim, é conveniente reforçar que a pesquisa em pauta investiga essa matéria tendo como contexto uma escola-campo que adota a gestão escolar democrática. Por conta disso, reputa-se apropriado ventilar sobre o processo ensino-aprendizagem tendo em vista que:

Vigotski toma como ponto de partida a ideia de que o aprendizado da criança se inicia muito antes de ela passar a frequentar a escola, uma vez que, antes de qualquer aprendizado escolar, a criança tem sempre um conceito, uma história prévia ou, como diz o autor, um “aprendizado pré-escolar”. (NOGUEIRA; LEAL, 2015, p. 158, grifo do autor).

Nesse sentido, convém esclarecer que:

Um profissional, para atuar, precisa estar à altura do que lhe é exigido, e, se quer alcançar a excelência, precisa superar, mediante esforço e **criatividade**, seus defeitos pessoais, que, somados às resistências externas, aos eventuais obstáculos externos, parecem intransponíveis. [...] **Como descobrir este professor criativo?** [...]. (PERISSE, 2012, p. 32, grifo nosso).

Por decorrência, denota-se que a criatividade é interpretada como um ingrediente impactante para o enfrentamento dos desafios educacionais.

Em síntese, no viés da pesquisa em foco, desenreda-se a influência da atuação da comunidade escolar como ponto-cerne que subsidia na superação do desafio da ensinagem. Além disso, nessa linha investigativa, descortina-se a criatividade como aspecto relevante para vencer a problemática educativa atinente ao estímulo ao processo ensino-aprendizagem.

METODOLOGIA

Sob o aspecto metodológico, esse trabalho se configura como um estudo de caso que utiliza a entrevista como instrumento para a produção de dados. Aglutina a pesquisa de cunho exploratório com a abordagem do tipo qualitativa, e se atem ao procedimento documental e bibliográfico.

Para executar o trabalho investigativo, cuida-se em identificar no âmbito de escolas públicas municipais de uma cidade do Sul do estado do Maranhão, escola evidenciada pelo quesito da gestão democrática. Constatou-se que a gestão pesquisada na escola-alvo tem se consolidado ao longo dos anos, sinalizando aceitação social. Desencadeia-se o percurso gerencial seguido na escola-campo para a resolução do desafio da ensinagem.

Nessa interface, investiga-se a observância de diretrizes específicas concernentes à gestão da escola, em especial, do PPP. Delineia-se questões centrais referentes ao planejamento diário das aulas e ao acompanhamento efetivo dos professores quanto ao cumprimento do conteúdo curricular, associada às demais atividades de caráter educacional, em sintonia com a gestão escolar democrática. Deslinda-se a resposta da pergunta de partida ancorando-se nas concepções de teóricos que efetuaram estudos sobre educação popular, didática e gestão escolar democrática.

No que tange ao estudo de caso é coerente escrever que “[...] o caso constitui o próprio objeto da pesquisa. [...]” (GIL, 2009, p. 138). Além do mais, “[...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como [...] processos organizacionais e administrativos [...]” (YIN, 2001, p. 21). Trata-se de um estudo de caso, pois o trabalho investiga o contexto de escola pública que no universo de escolas públicas balizado, se destaca pela particularidade do tipo de gestão adotada, a gestão pública democrática.

Ao refletir sobre os procedimentos a serem empregados para cumprir a pesquisa, vale ressaltar a necessidade de identificar as ferramentas para a geração dos dados, como por

exemplo a entrevista, além de apontar os assuntos globais a serem averiguados (RICHARDSON, 2002, p. 67). A entrevista realizada com a diretora da escola-campo, mediante a obtenção de respostas apresentadas para dez questionamentos, consistiu no instrumento de geração de dados utilizado para concretizar a pesquisa. Quanto a isso, é importante observar que a referida respondente é identificada na pesquisa com o termo R.

Quando o enfoque se volta para as pesquisas de pretensão exploratória, Birochi (2015, p. 49) destaca que “[...] as pesquisas exploratórias proporcionam ao pesquisador uma maior familiaridade com o seu problema de pesquisa.” Logo, a análise incute uma aproximação entre pesquisadores e a questão norteadora da investigação. Por consequência, classifica-se como uma pesquisa exploratória.

Nessa linha de entendimento, ao dialogar sobre a abordagem de pesquisa do tipo qualitativa, é adequado acentuar que:

[...] os dados qualitativos deverão ser validados segundo alguns critérios: fiabilidade (independência das análises meramente ideológicas do autor), credibilidade (garantia de qualidade relacionada à exatidão e quantidade das observações efetuadas), constância interna (independência dos dados em relação a acidentalidade, ocasionalidade etc.) e transferibilidade (possibilidade de estender as conclusões a outros contextos). (CHIZZOTTI, 2009, p. 90).

Portanto, a pesquisa em comento é tida como qualitativa, já que não usa recursos mensuráveis para obter os resultados e focaliza na extração de conceitos a partir da interpretação das informações levantadas na apreciação. Ademais, a pesquisa alia-se ao procedimento bibliográfico e documental sobre os quais é interessante sublinhar:

A reunião e a seleção criteriosa da documentação bibliográfica sobre o problema de uma pesquisa permitem conhecer o seu estado atual, as investigações já realizadas, seus resultados, as explicações dadas, as questões controversas e os dados a serem pesquisados.

A documentação é uma etapa necessária para se identificar as questões relevantes do problema e defini-lo com rigor, já que ele será objeto de pesquisa, assim como os fundamentos teóricos, nos quais o pesquisador se baseará, quando de sua análise. (CHIZZOTTI, 2009, p. 122).

Constata-se que a pesquisa é categorizada como bibliográfica, eis que se sedimenta nos entendimentos/posicionamentos/ponderações/considerações de escritores, autores, pesquisadores e/ou teóricos que desenvolveram estudos correlatos como o tema focal desse estudo de caso. Aliás, é oportuno salientar:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um

tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (GIL, 2009, p. 45).

Desvela-se que essa pesquisa perpassa o procedimento documental, uma vez que examina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, documento válido para o deslindamento do estudo de caso em questão.

Logo, desvencilha-se o percurso metodológico seguido para construir esse trabalho acadêmico, bem como destrincha-se a caracterização de natureza metodológica que configura essa pesquisa que, por sua vez, esclarece, na subdivisão a seguir, os achados da investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse estudo de caso discute acerca do desafio educacional da ensinagem na dimensão da gestão escolar democrática no contexto de uma escola pública municipal situada em cidade do Sul do estado do Maranhão. Em razão disso, a princípio, explora-se o conteúdo de modo geral para, em seguida, examiná-lo de forma esmiuçada.

Nessa linha de argumentação, é conveniente informar que a escola-campo dispõe de 26 turmas de ensino fundamental, que funcionam nos turnos matutino e vespertino, contendo no total 896 alunos matriculados. Inclusive, a escola-campo tem 100 funcionários compondo o corpo técnico, com 53 professores, sendo que 51 professores são graduados e pós-graduados. Note-se que as salas de aula possuem em média 50 m². A propósito, a respondente elucidou como funciona a gestão escolar democrática da instituição cenário afirmando que a escolha do diretor ocorre mediante seletivo com apresentação de títulos, bem como por meio de votação pela comunidade e defesa do plano de ação.

Sendo assim, Freire (1992, p. 20) articula que um dos deveres da educação democrática, e popular, é a de promover nas bases populares o aperfeiçoamento de suas expressões linguísticas, jamais em uma abordagem autoritária e inflexível. Nesse caminho, Libâneo (1994, p. 37) aponta que a escola pública tem que ser democrática, assegurando a escolarização dos aprendizes. Sustenta ainda que a percepção de democracia a ser observada pela escola pública deve contemplar a modalidade de gestão dela, a compreender, no âmbito da mesma, a atuação coletiva da direção, dos docentes e pais.

Sob essa ótica, R explica que na escola pesquisada há a Associação de Pais que consiste em um colegiado que atua quanto ao lado financeiro da gestão escolar, decidindo conjuntamente o que será feito como o valor do recurso encaminhado. Nesse percurso cognitivo, verifica-se que no modelo de gestão pública investigado, há um enfoque para um sistema que concede à

comunidade a oportunidade de participar do processo de ensino, aproximando a família da escola ao lhe atribuir de forma direta um dever e uma responsabilidade quanto à administração do aspecto financeiro. Desse modo, Lück *et al.* (2010, p. 35) apresenta ações que podem favorecer o entrosamento entre a comunidade e a escola (QUADRO 1).

Quadro 1 – Táticas para incentivar a atuação da comunidade na escola

ESTRATÉGIAS PARA FACILITAR A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NO CONTEXTO DA ESCOLA

- Identificar as oportunidades apropriadas para ação e decisão compartilhadas.
- Estimular a participação dos membros da comunidade escolar.
- Estabelecer normas de trabalho em equipe e acompanhar e orientar a sua efetivação.
- Transformar boas ideias individuais em ideias coletivas.
- Garantir os recursos necessários para apoiar os processos participativos.
- Promover reconhecimento coletivo pela participação e pela conclusão das tarefas.

Fonte: Lück *et al.* (2010, p. 35).

Observa-se a importância de esquematizar iniciativas/medidas/práticas/atos tendentes em contribuir com a concretização da gestão escolar democrática. Quanto a isso, é condizente informar que R acredita que a gestão democrática contribui na melhoria do ensino ao afirmar que esse modelo concede a oportunidade para que todos participem. Nesse raciocínio, R reconhece a coerência de escutar e de fazer reuniões por sala. Também assim, R lembra que a escola não é fechada, mas alerta para a falta de consciência e de entendimento da comunidade para o significado de democracia. Sob esse ângulo, R expressa que a opinião de todos deve ser respeitada na gestão democrática e que as pessoas devem sentir o espaço público como seu, contudo, isso não implica dizer que as coisas devam acontecer de qualquer jeito, apenas por serem públicas.

Nesse compasso, R afirma que um dos principais desafios da gestão escolar democrática na escola-campo é a compreensão do significado de democracia pelo público/comunidade. A consolidar a linha de raciocínio delineada, R relata que a gestão escolar democrática ajuda a resolver os conflitos, já que se propõe a ouvir o outro, a ouvir ambas as partes, a incentivar a conversa e, a saber, se colocar no lugar do outro.

Ao delimitar a pesquisa, identificaram-se os meios utilizados na gestão escolar democrática da escola-campo para superar os desafios educacionais, especialmente os que se referem à aprendizagem efetiva dos educandos. Nessa conexão de ideias, tem-se que o planejamento da atividade docente ganha espaço, uma vez que R mostra a organização da escola contida no PPP e expõe a forma gerencial de trabalho que prioriza o acompanhamento do Plano

Anual de curso, do plano mensal feito pelos professores e da rotina semanal. Nessa medida, R ressalta que a coordenação pedagógica conversa individualmente ou em dupla com os professores para verificar a concretização do plano. Dessa maneira, R destaca que, semanalmente, em todos os dias letivos há um horário para o professor trabalhar juntamente com o coordenador pedagógico o planejamento das aulas.

Diante disso, na trilha acadêmica empreendida para efetivar o estudo de caso em foco, desenreda-se a gestão escolar democrática como caminho para promover a interação entre os membros da comunidade escolar, almejando-se o aperfeiçoamento das ações de cunho educacional interconectadas à ensinagem.

De igual modo, no viés exploratório do trabalho, denota-se a pertinência de focalizar nas estratégias adotadas pela escola objeto da análise com vistas em privilegiar a interação entre ela e a comunidade escolar. Por decorrência, R articula as seguintes ferramentas e estratégias pedagógicas aplicadas na atual gestão para mediar o acesso à educação dos escolares (QUADRO 2).

Quadro 2 – Recursos e estratégias pedagógicas da escola-campo/2019

MATERIAL PEDAGÓGICO E ESTRATÉGIAS DE ENSINAGEM
Acervo da biblioteca
Caixa de som
Data show
Gravação de vídeos
Internet
Jogos educativos
Produção de slides
Projeto Maratona de Leitura
Retroprojektor

Fonte: Autores (2019).

Nessa linha de explicação, vale lembrar que a criatividade se evidencia como uma característica do educador que aspira vencer as dificuldades educacionais (PERISSÉ, 2012, p. 32). Isso acontece porque no entendimento desse teórico/autor/escritor/estudioso recai sobre o professor a responsabilidade de, especialmente por meio da criatividade, encarar os desafios havidos em sala de aula e, assim, desenvolver um ensino com eficiência didática. Diante disso, constata-se a relevância de amadurecer debates no correspondente à criatividade do educador.

Portanto, esse estudo de caso tangente à gestão escolar democrática na esfera de uma escola pública municipal balizada em cidade no Sul do estado do Maranhão, revela o impacto

positivo do tipo de gestão pública pesquisada como fator de interesse para trabalhar o desafio educacional da ensinagem. Nessa linha de pensamento, a gestão escolar democrática, de cunho participativo - que focaliza na parceria entre comunidade e escola; que se volta para a aproximação dos pais objetivando o fortalecimento da escola; que se preocupa com a participação como elemento essencial para o desenvolvimento da escola – é levantada no discurso que versa sobre a superação da dificuldade educativa perquirida. Então, no presente estudo de caso, deslinda-se o diálogo entre a gestão escolar democrática e a construção de táticas que alimentem um processo de ensino-aprendizagem efetivo.

Cabe lembrar que Libâneo (1994, p. 38) leciona que é papel da escola providenciar a ensinagem. Diante do que foi explanado, apura-se que na realidade escolar pesquisada, o desafio educacional da aprendizagem eficiente é enfrentado pela escola mediante planejamento contínuo. Evidencia-se também que há espaço, por meio do colegiado, para permitir a interação dos pais no processo educativo, já que eles podem se posicionar sobre assuntos que refletem na educação dos seus filhos e demais alunos. Afere-se ainda um empenho da administração no sentido de trabalhar a ideia do diálogo e de colocar em prática a proposta contida no PPP, mesmo diante das constantes da rotina escolar.

Pensando bem, as principais inferências constatadas no estudo de caso em tela são escritas na parte conclusiva a seguir exposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho explora a gestão escolar democrática de uma escola pública municipal localizada em cidade no Sul do estado do Maranhão, demarcando-se no desafio educacional relacionado à aprendizagem efetiva dos discentes.

Com base no estudo de caso realizado, destrincha-se a gestão escolar democrática como meio de proporcionar o diálogo, mediado pela intervenção positiva da comunidade escolar, com vistas no aprimoramento das atividades pedagógicas ligadas ao processo ensino-aprendizagem. Perceptível que o modelo de gestão escolar democrático permite ao diretor, professores e pais atuarem de forma mais dinâmica no processo educativo. A partir da investigação empreendida, desvenda-se a importância da gestão pública de caráter participativo como determinante que auxilia na superação do desafio educacional da ensinagem no âmbito da instituição objeto da análise.

Por decorrência da efetuação do presente estudo de caso, diagnostica-se que a criatividade se caracteriza como um elemento significativo para colaborar com a aprendizagem

dos educandos. Assim, baliza-se a criatividade como critério relevante para vencer a dificuldade relativa à ensinagem na escola estudada.

Nesse desfecho, apura-se, na linha de estudos em pauta, que o desafio da ensinagem é visualizado com uma visão democrática, a reforçar o grau de comprometimento positivo da participação dos pais em tal processo como aspecto interessante para aprofundamento em uma outra análise. De todo modo, com o desiderato de ampliar a dimensão de saberes aqui dialogados, se faz necessário desenvolver novas apreciações sobre o assunto versado nessa comunicação científica.

REFERÊNCIAS

BIROCHI, R. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2015.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. [Brasília, DF], 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 ago. 2019.

BRITO, R. O. **Gestão e comunidade escolar**: ferramentas para a construção de uma escola diferente do comum. Brasília: Liber Livro, 2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜCK, H; FREITAS, K. S. de; GIRLING, R; KEITH, S. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 8. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

NOGUEIRA, M. O. G.; LEAL, D. **Teorias da aprendizagem**: um encontro entre os pensamentos filosófico, pedagógico e psicológico. Curitiba: InterSaberes, 2015.

PERISSÉ, G. **A arte de ensinar**. São Paulo: Saraiva, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.